

**PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR
- DIREITO**

NOME: _____ Nº INSCR. _____

INSTRUÇÕES

- 1- Preencha com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, de maneira legível, os dados de **IDENTIFICAÇÃO** solicitados no Caderno de Prova (Nome Completo e Número de Inscrição) e assine no Cartão Resposta.
- 2- Verifique se a sequência da numeração das folhas do Caderno de Prova está correta (6 páginas). **Após a orientação do fiscal sobre a conferência da prova, este não será substituído sob qualquer alegação.**
- 3- A **PROVA OBJETIVA** contém **30** questões objetivas, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C, D), valendo **1,0 (um) ponto** cada, devendo o candidato obter no mínimo **50% de acerto** para aprovação.
- 4- No Cartão Resposta, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas. Conforme modelo abaixo.

Exemplo: Questão 01 - A



- 5- O Cartão Resposta será o único documento válido para correção e **NÃO** será substituído em hipótese alguma, salvo se detectado erro ocasionado pela Coordenação do Processo Seletivo.
- 6- Não rasure o Cartão Resposta e **NÃO MARQUE MAIS DE UMA ALTERNATIVA**, caso contrário, a questão será **ANULADA**. Evite deixar questões sem respostas.
- 7- Para o correto preenchimento do Cartão Resposta aguarde a orientação do fiscal.
- 8- Não faça perguntas aos fiscais, a interpretação das questões faz parte da Prova.
- 9- No decorrer da Prova não será permitida qualquer espécie de consulta bem como qualquer comunicação externa e interna e entre os candidatos.
- 10- A Prova terá duração de **03 (três) horas** e ao terminá-la entregue ao fiscal o Caderno de Prova completo, juntamente com o Cartão Resposta, devidamente assinado.
- 11- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora de início da Prova. A não observância desta exigência acarretará a exclusão do Processo Seletivo.
- 12- O candidato que permanecer na sala de prova até 01 (uma) hora antes do seu término, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13- O gabarito será publicado no dia **19/09/2017**, e o resultado da **PROVA OBJETIVA** a partir do dia **28/09/2017** no Diário Oficial de Bauru.

01		16	
02		17	
03		18	
04		19	
05		20	
06		21	
07		22	
08		23	
09		24	
10		25	
11		26	
12		27	
13		28	
14		29	
15		30	

BOA PROVA!

**Processo Seletivo para Credenciamento de Estagiários de Nível Superior –
DIREITO**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01) Não constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no art. 3º da Constituição Federal de 1988:

- A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- C) Garantir o desenvolvimento nacional.
- D) A solução pacífica dos conflitos.

02) Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a Forma de Estado, Forma de Governo e Sistema (ou Regime) de Governo, respectivamente, adotados pela Constituição Federal de 1988:

- A) Federação, República e Presidencialismo.
- B) Unitário, República e Presidencialismo.
- C) Federação, Democrático e Presidencialismo.
- D) Federação, República e Parlamentarismo.

03) Assinale a alternativa **INCORRETA**. Compete aos Municípios, nos termos do art. 30, da Constituição Federal de 1988:

- A) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- B) Manter, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- C) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

D) Suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.

04) São princípios da Administração Pública direta, indireta ou fundacional:

- A) Legalidade, Pessoaalidade, Moralidade e Publicidade.
- B) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Rapidez.
- C) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
- D) Legalidade, Moralidade, Publicidade e Supremacia do Interesse privado.

05) Sobre os Direitos Políticos, previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto e mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- B) O voto e alistamento eleitoral são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.
- C) São condições de elegibilidade, dentre outras, a nacionalidade brasileira, a filiação partidária, o pleno exercício dos direitos políticos e o domicílio eleitoral na circunscrição.
- D) O voto é facultativo, mas o alistamento eleitoral é obrigatório para os analfabetos, maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

06) Assinale a alternativa **INCORRETA** relativamente aos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988:

A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

B) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade apenas privada.

C) É garantido o direito de herança.

D) A propriedade atenderá sua função social.

07) O art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, prevê que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”. Podemos dizer que o mencionado texto constitucional é uma das aplicações do seguinte Princípio da Administração Pública:

A) Eficiência.

B) Impessoalidade.

C) Moralidade.

D) Publicidade

08) João desconhecia uma lei e, por esta razão, nunca a cumpriu. Quando foi notificado e penalizado a respeito do descumprimento da mesma, em sua defesa informou sobre sua total ignorância acerca da mesma, o que, considerando sua baixa instrução escolar e vida simples, era factível. Diante disso:

A) A defesa de João deverá ser aceita, desonerando-o de seu cumprimento anterior e posteriormente.

B) O descumprimento da lei estará justificado, vinculando-o a seu cumprimento apenas posteriormente à notificação.

C) As partes poderão negociar o início do cumprimento da lei.

D) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

09) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país:

A) 45 dias depois de oficialmente publicada.

B) 15 dias depois de oficialmente publicada.

C) 60 dias depois de oficialmente publicada.

D) 90 dias depois de oficialmente publicada.

10) *Vacatio Legis* é o período de tempo:

A) Entre a sanção do Presidente da República e a publicação oficial da lei.

B) Em que o congresso tramita a lei.

C) De vigência da lei.

D) Entre a publicação oficial e a entrada da lei em vigor.

11) A personalidade civil da pessoa começa:

A) Com o nascimento com vida.

B) Com a concepção.

C) Aos 16 anos de idade.

D) Aos 21 anos de idade.

12) Maria, 30 anos, por atraso mental, tem o discernimento reduzido. João, 15 anos, quer se atleta profissional. Juca, 18 anos, é estudante e Pitu é ébrio eventual e mora em Pirapora. À luz do Código Civil, Maria, João, Juca e Pitu são, respectivamente:

A) Absolutamente incapaz, relativamente incapaz, relativamente incapaz e relativamente incapaz.

B) Relativamente incapaz, absolutamente incapaz, civilmente capaz e relativamente incapaz.

C) Relativamente incapaz, absolutamente incapaz, relativamente incapaz e relativamente incapaz.

D) Absolutamente incapaz, relativamente incapaz, civilmente capaz e relativamente incapaz.

13) São pessoas jurídicas de direito privado, conforme art. 44, do Código Civil, **EXCETO**:

A) As autarquias.

B) As associações.

C) As fundações.

D) Os partidos políticos.

14) Assinale a alternativa que traz uma afirmação **INCORRETA**:

A) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

B) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

C) Têm domicílio necessário apenas e tão somente o preso e o militar.

D) Se tiver a pessoa natural diversas residências onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

15) Os elementos da ação são:

A) Interesse, pedido e partes.

B) Causa de pedir, parte e legitimidade processual.

C) Pedido, partes e interesse processual.

D) Partes, pedido e causa de pedir.

16) Jurisdição é:

A) O direito do cidadão de peticionar ao Poder Judiciário para buscar a solução de um conflito.

B) O poder da autoridade judiciária regularmente investida no cargo de dizer o direito no caso concreto.

C) O instrumento utilizado pelo Estado para solução de interesses não conflitantes.

D) A sentença proferida no caso concreto.

17) Após devidamente citado o devedor em processo de execução fiscal, caso não sejam encontrados bens penhoráveis, deverá o juiz:

A) Extinguir a execução fiscal por falta de bens que a assegurem.

B) Decretar a disponibilidade do bem de família e determinar sua penhora.

C) Ordenar o arresto de bens do executado e de sua mulher, caso este seja casado.

D) Suspender o curso da execução, enquanto não forem localizados bens sobre os quais possa recair a penhora.

18) A ação possessória imobiliária deverá ser proposta em que foro:

A) Em qualquer um.

B) Da coisa.

C) Do domicílio do autor.

D) Do domicílio do réu.

19) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhe forem comuns, nos termos do art. 55, do Novo Código de Processo Civil:

A) A sentença.

B) A fundamentação e as partes.

C) O pedido ou a causa de pedir.

D) O juízo onde foi proposta a ação.

20) Assinale a afirmativa **INCORRETA**.

A) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

B) Dá-se a continência entre duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas

o pedido de uma, por ser mais amplo, abranger o das demais.

C) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

D) Qualquer competência pode ser alterada por convenção entre as partes, inclusive a competência em razão da matéria e da pessoa.

21) Servidor Público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal responderá pela prática do crime de:

A) Prevaricação.

B) Condescendência Criminosa.

C) Corrupção.

D) Concussão.

22) No crime de corrupção passiva o Funcionário Público:

A) Solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem.

B) Apropria-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

C) Patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

D) Falseia a verdade perante o juiz.

23) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Está sujeito a pena de detenção o funcionário público que abandonar o cargo público fora dos casos permitidos em lei.

B) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou

retardar ato de ofício é crime de corrupção ativa.

C) Comete crime de inutilização de edital ou de sinal o particular que rasgar ou de qualquer forma inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público.

D) Configura crime de desobediência, desobedecer funcionário público, mesmo fora do exercício da função.

24) Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, apenas quem exerce cargo, emprego ou função pública, mediante concurso público.

B) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce cargo, emprego ou função pública apenas com remuneração.

C) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

D) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce cargo, emprego ou função pública sem remuneração.

25) Qual é o prazo que o consumidor tem para desistir da compra efetuada fora do estabelecimento comercial?

A) 30 dias.

B) 15 dias.

C) 90 dias.

D) 7 dias.

26) Pedro comprou um produto eletrônico e o mesmo, dentro do prazo de garantia legal, apresentou vício. Diante disso:

A) O consumidor pode retornar a loja e exigir a imediata troca do mesmo.

B) O consumidor pode retornar à loja e exigir a imediata restituição do valor pago.

C) O consumidor deverá aguardar o prazo de até 30 dias para que o vício seja sanado pela assistência técnica.

D) O lojista tem 7 dias para trocar o produto.

27) Assinale a opção **CORRETA**:

A) Os consumidores inadimplentes poderão ser legalmente cobrados em seu local de trabalho e através de telefone de amigos.

B) No fornecimento de serviço que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto não considera-se implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais.

C) Os produtos entregues ou remetidos ao consumidor sem solicitação prévia equiparam-se a amostra grátis.

D) Poderá o fornecedor colocar no mercado de consumo produto ou serviço em desacordo com norma expedida pelos órgãos oficiais competentes, não configurando prática abusiva.

28) Sobre conceito legal de consumidor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção **CORRETA**:

A) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza o produto ou serviço como destinatário final.

B) Consumidor é toda pessoa física, mas nunca pessoa jurídica, que adquire ou utiliza o produto ou serviço como destinatário final.

C) Consumidor é toda pessoa jurídica que adquire ou utiliza o produto ou serviço para fomentar de sua atividade.

D) Consumidor é qualquer pessoa que utiliza um serviço, independente de sua finalidade e de ser ou não destinatário final.

29) Na abertura de conta corrente ou financiamento o consumidor pode ser obrigado a adquirir cartão de crédito?

A) Sim, pois o cartão é necessário para as transações bancárias e o banco pode exigir que o consumidor utilize outros serviços e/ou produtos que ele oferece.

B) Sim, pois o banco pode condicionar a contratação de um produto e/ou serviço com a de outro, uma vez que o Banco Central permite a vinculação desses produtos e/ou serviços pelas instituições bancárias.

C) Sim, desde que não haja cobrança de anuidade e que esteja previsto no contrato bancário.

D) Não, este procedimento é chamado de “venda casada”, constituindo prática abusiva, proibida pelo Código de Defesa do Consumidor, nos termos do seu art. 39.

30) Indique a opção **CORRETA**. Uma loja anunciou uma Smart TV, LED, 65” por R\$ 50,00 (cinquenta reais). Mesmo tendo percebido que deveria se tratar de um erro na informação Maria foi até a loja com a intenção de comprá-la. Lá chegando, foi informada de que o valor era outro e que houve um erro na digitação pois o valor promocional correto era R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Neste caso:

A) Mesmo em se tratando de flagrante equívoco, o fornecedor deve ser responsabilizado por seus anúncios e, por ter atraído o consumidor até sua loja, deverá ele cumprir a oferta e vender o produto conforme anunciado.

B) Maria poderá exigir um desconto de 50% (cinquenta por cento) no produto como compensação por ter se deslocado até a loja atraída pelo anúncio, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

C) Maria, nos termos do art. 35, do Código de Defesa do Consumidor,

poderá negociar a venda de outro produto equivalente pelo valor anunciado.

D) Nos casos em que se constata que claramente houve engano na informação relativa ao preço, não caberá a exigência do cumprimento à oferta, conforme o artigo 4º. do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe como um dos objetivos da política nacional das relações de consumo, a harmonização dos interesses entre fornecedores e consumidores, com base da boa fé e equilíbrio dessas relações.